

## **A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA: disputas na tradição escolar e produção de manuais didáticos.**

*THE BRAZILIAN JOURNAL OF GEOGRAPHY (IBGE) AND THE MODERN SCHOOL GEOGRAPHY:*

*disputes in the school tradition and the production of textbooks*

*LA REVISTA BRASILEÑA DE GEOGRAFÍA Y LA GEOGRAFÍA ESCOLAR MODERNA:*

*disputas sobre la tradición escolar y la producción de libros de texto*

### **RESUMO**

Situado no campo das relações entre a história das disciplinas escolares e o desenvolvimento de cursos universitários no Brasil, o objetivo deste artigo é analisar os números da Revista Brasileira de Geografia (RBG) do período 1939-1945, especialmente na seção “Tipos e Aspectos do Brasil”, buscando compreender o domínio político-editorial da escola carioca de Geografia e do IBGE sobre tais publicações e reconhecendo os princípios de cientificidade acionados textual e imagetivamente, assim como as reverberações dessas publicações sobre o discurso geográfico escolar moderno. Metodologicamente, este texto está estruturado em três momentos: (I) Discussão do método; (II) uma breve explanação sobre dois momentos de periodização da Geografia Escolar brasileira; e (III) as análises empreendidas sobre os números da RBG e uma discussão sobre sua relação com a produção de manuais didáticos de geografia. Ao final, defendemos que as publicações da RBG suturam politicamente um sentido de geografia ao adentrarem os manuais didáticos brasileiros, em contraposição aos princípios de cientificidade defendidos pela Geografia Paulista.

**Palavras-chave:** Tipos e Aspectos do Brasil; Geografia Escolar Moderna; Manuais didáticos; Território brasileiro.

### **ABSTRACT**

Situated within the field of relations between the history of school subjects and the development of university courses in Brazil, the aim of this paper is to analyze the issues of the Brazilian Journal of Geography (BJG - IBGE) during the period 1939-1945, especially in the section titled "Types and Aspects of Brazil", seeking to understand the political and editorial dominance of the Rio de Janeiro School of Geography and the IBGE on such publications and recognizing the principles of scientificity activated textually and imagetically, as well as the reverberations of these publications on the modern school geography discourse. Methodologically, this text is structured in three moments: (I) Discussion of the method; (II) a brief explanation about two moments of periodization of the Brazilian School Geography; and (III) the analyses undertaken on the issues of RBG and a discussion about its relationship with the production of geography textbooks. At the end, we argue that the publications of BJJG politically suture a sense of geography by entering the Brazilian textbooks, in opposition to the principles of scientificity defended by the Paulista Geography.

**Keywords:** Types and Aspects of Brazil; Modern School Geography, Textbooks; Brazilian Territory.

 Thiago Manhães Cabral <sup>a</sup>

<sup>a</sup> Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, Brasil

**DOI:** 10.12957/geouerj.2023.72565

**Correspondência:**  
thiagomanhaescabral@gmail.com

**Recebido em:** 16 jan. 2023

**Revisado em:** 28 jun. 2023

**Aceito em:** 02 jul. 2023





## RESUMEN

Situado en el campo de las relaciones entre la historia de las disciplinas escolares y el desarrollo de cursos universitarios en Brasil, el objetivo de este artículo es analizar los números de la Revista Brasileira de Geografia (RBG) en el período 1939-1945, especialmente en la sección "Tipos y Aspectos del Brasil", con el fin de comprender el dominio político-editorial de la escuela carioca de Geografía y del IBGE sobre tales publicaciones, y reconociendo los principios de cientificidad activados textual e imagéticamente, así como las reverberaciones de estas publicaciones en el discurso geográfico escolar moderno. Metodológicamente, este texto está estructurado en tres momentos: (I) Discusión del método; (II) una breve explicación sobre dos momentos de periodización de la Geografía Escolar brasileña; y (III) los análisis realizados sobre los números de la RBG y una discusión sobre su relación con la producción de manuales didácticos de geografía. Al final, sostenemos que las publicaciones de la RBG cosen políticamente un sentido de geografía al ingresar en los manuales didácticos brasileños, en contraposición a los principios de cientificidad defendidos por la Geografía Paulista.

**Palabras clave:** Tipos y Aspectos del Brasil; Geografía Escolar Moderna; Manuales didácticos; Territorio brasileño.



## INTRODUÇÃO

No processo de modernização do discurso geográfico escolar nas três primeiras décadas do século XX, um dilema se impõe. Cabral e Straforini (2020) assinalam a conjuntura de controvérsias que se instalou na tradição escolar da geografia na medida em que ela se consolida como o primeiro cenário de disputas políticas entre diferentes tradições teóricas da geografia acadêmica que visavam hegemonizar um sentido para a ciência geográfica que se institucionalizava no Brasil. Os autores buscam situar os sentidos discursivos de geografia que se antagonizavam e os grupos políticos atuantes sobre as reformulações curriculares que demarcam a orientação moderna da geografia escolar, perpassando também pelos aspectos imagéticos e textuais que não só afirmam as temáticas físico-naturais numa perspectiva micro e macropolítica (CABRAL E STRAFORINI, 2021), mas também demonstram o regime de circulação das ideias científicas e pedagógicas demarcadoras da relação entre a geografia acadêmica e a geografia escolar brasileira.

Neste texto, no movimento de compreender *outros espaços de disputas políticas entre as comunidades científicas da geografia em suas buscas por hegemonização por meio da geografia que se fazia na escola*, sustentamos que o currículo da geografia escolar era um elemento crucial de legitimação social e científica para os integrantes das escolas paulista e carioca de geografia, sendo parte fundamental do processo de institucionalização da geografia científica no Brasil. Um desses espaços de disputas foram as publicações da Geografia acadêmica no Brasil, dentre as quais uma das principais é a *Revista Brasileira de Geografia (RBG)*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de 1939.

Nosso objetivo neste artigo é analisar os números da RBG publicados entre 1939 e 1945, especialmente na seção “Tipos e Aspectos do Brasil”, buscando compreender o domínio político-editorial da escola carioca de Geografia e do IBGE sobre as publicações da revista e reconhecer os princípios de cientificidade acionados textual e imageticamente, assim como as reverberações dessas publicações sobre o discurso geográfico escolar moderno, em especial nos materiais didáticos. Nos interessa, especificamente com este objetivo, compreender como essas publicações da RBG suturam politicamente um sentido de geografia escolar moderna ao adentrarem os manuais didáticos brasileiros.

Este texto está metodologicamente organizado em três etapas. A primeira se dará em torno da discussão do método que orienta nosso olhar para esse momento histórico e epistemológico da geografia escolar no Brasil. Em nosso entendimento, concordando com Cabral e Straforini (2021), a geografia escolar de orientação moderna é político e curricularmente concebida em meio a um cenário de disputas entre diferentes visões e sentidos de geografia (na escola e nas suas origens como ciência no Brasil). Compreendemos a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe como um caminho metodológico frutífero para uma análise qualitativa sobre esse cenário de controvérsias políticas, científicas e curriculares que se instalava.



O segundo momento do texto será construído em torno de uma rápida contextualização sobre esse momento histórico da geografia escolar, de maneira a reconhecer os aspectos políticos, científicos, educacionais e curriculares que atuam sobre/na/pela geografia escolar em suas orientações clássica e moderna.

O terceiro momento do texto se dará em torno das análises empreendidas sobre os números da RBG em suas relações com a produção de manuais didáticos da geografia escolar da época. Nesse momento, buscaremos demonstrar, sobretudo, a força imagética e simbólica das representações territoriais e regionais na forma dos *Tipos e Aspectos do Brasil* em suas aparições na bibliografia didática da Geografia.

### **Elementos metodológicos para um olhar sobre a história da geografia escolar: as orientações clássicas e a moderna geografia escolar**

Nos últimos anos, houve um expressivo aumento de publicações na área do Ensino de Geografia, o que sinaliza um cenário de produtivas reflexões teórico-metodológicas ligadas às práticas docentes, aos processos cognitivos na relação ensino-aprendizagem, bem como às dinâmicas socioculturais que permeiam a Geografia Escolar ao longo do tempo, de tal maneira que o papel dessa disciplina na formação cidadã vem sendo constantemente revisitado e debatido.

Em meio a tais publicações, Albuquerque (2011), debruçada sobre a perspectiva teórica da história dessa disciplina escolar, sinaliza, porém, que

É comum encontrarmos nos trabalhos de Geografia, especialmente aqueles que tratam sobre a Geografia escolar, certa compreensão de que, grosso modo, ela estaria dividida em dois períodos distintos, denominados, respectivamente, de Geografia tradicional e Geografia crítica (...). Compreendemos que essa periodização e denominação dos períodos resultam de uma simplificação das proposições teóricas que sustentam a produção geográfica escolar. Essa simplificação aglutina abordagens muito distintas e compreende tanto a produção elaborada antes da introdução de uma Geografia científica no Brasil, quanto as produções modernas, como se fossem a mesma coisa, ou seja, Geografia tradicional (ALBUQUERQUE, 2011, p. 22).

Na medida em que assumimos a relevância dessa proposição, trazemos elementos capazes de demonstrar uma comparação entre dois momentos históricos da disciplina, que atingem em cheio a produção curricular e didática em termos do recorte temporal que está em questão neste texto: a *Geografia Escolar Clássica* (século XIX – década de 1920) e a *Geografia Escolar Moderna* (década de 1920 – década de 1970). Tal exercício é indispensável no sentido não só de demonstrar as transformações no campo da linguagem e da escala geográfica de representação dos fenômenos nos materiais didáticos, mas também de revelar as enunciações de seus atores em termos de lutas por fixação de sentidos de geografia, de ensino e de currículo.



O primeiro momento, que pauta as políticas curriculares que acompanham o a Primeira República (1889-1930), corresponde ao domínio didático-metodológico da *Geografia Escolar Clássica*, presente até a década de 1930. Ressaltamos que embora a década de 1930 ilustre características mais claramente ligadas à orientação moderna da disciplina, muitas obras didáticas editadas já nesse contexto ainda trazem marcas da orientação clássica. Esse preceito sinaliza os cuidados necessários no sentido de demarcar uma periodização fixada em sentidos puramente ligados aos textos curriculares, quando é perceptível, contraditoriamente, que práticas discursivas e a circulação editorial de materiais didáticos discordantes de uma orientação curricular podem estar produzindo outros sentidos no contexto da prática.

Isto posto, a orientação clássica da Geografia Escolar, enquanto expressão de um estilo ligado às heranças da educação jesuítica (SILVA, 2012; GIROTTO, 2017) e à influência das narrativas espaciais presentes nas obras naturalistas do século XIX, representa e descreve o território brasileiro fazendo uso do método corográfico, de marcantes traços locais, ou mesmo minuciosas descrições de cada estado da federação, valorizando práticas focalizadas na memorização e na nomenclatura de feições, elementos das paisagens e fenômenos geográficos.

Napolitano (2016, p. 57) traz, nesse contexto, uma contribuição que nos interessa de perto quando discutimos o contexto de produção das políticas curriculares e dos materiais didáticos em Geografia na Primeira República. Para o autor, é possível perceber que uma vez livres da ordem monárquica, “as províncias, agora transformadas em estados federativos, puderam construir suas próprias versões da história brasileira e regional, suas próprias Histórias Oficiais, e cultivar seus tipos humanos, seus folclores e suas paisagens naturais típicas”. Assumimos que aqui está presente uma demanda inerente às produções curriculares e didáticas da Geografia Escolar nesse período, quando entendemos que os currículos da Geografia Escolar Clássica, embora tragam importantes transformações – principalmente na década de 1920, no tocante à discussão político-pedagógica advindas do movimento Escola Nova –, ainda se articulavam às proposições das reformas educacionais que valorizavam as propostas curriculares locais, bem como as orientações previstas pelos estados. Ao discutir o teor das reformas curriculares da Geografia Escolar no período da Primeira República, a autora ressalta que

Talvez a grande inovação desse programa foi a consolidação da Geografia local como método para organizar o ensino geográfico. E talvez a geografia local seja o primeiro impacto da desestruturação do ensino geográfico descritivo (que ainda permanecerá por décadas), pois, pelo menos em nível de currículo e da produção bibliográfica didática, seria impossível estabelecer uma descrição de todos os locais a serem ensinados, pois haveria tantas quantas localidades de ensino houvesse, limitando, assim, a prescrever e produzir orientações a serem executadas pelos professores (SILVA, 2012, p. 259-260).

Assim, os livros didáticos editados durante Geografia Escolar clássica valorizam a organização do conhecimento geográfico orientada na divisão por estados. A exemplo de *Corographia Brasilica* (1817), de Padre Manuel Aires de Casal, que veio a influenciar as obras didáticas por quase todo o período dessa



orientação clássica, esses eram materiais que, segundo apontam os trabalhos de Carvalho (2012) e Silva (2012), caracterizavam-se por um estilo de organização e descrição do espaço brasileiro na qual se desenvolvia extensas descrições das características físico-naturais, sociais, econômicas e culturais para cada estado brasileiro.

Por outro lado, a partir da década de 1930, o movimento que conduz Vargas ao poder pode ser entendido como um processo em que várias frentes de renovação do pensamento questionam uma ordem institucional fixada na Primeira República. Nesse sentido, passamos a discutir as características da Geografia Escolar Moderna, que são anunciadas na luta curricular na década de 1920, lançando um forte movimento de crítica às práticas da orientação Clássica, abertamente acusada de “enfadonha”, “tradicional” e “nomenclativa”.

Embora *Geographia do Brazil* (1913), de Delgado de Carvalho, traga, ainda na década de 1910, muitos dos significantes presentes na orientação moderna da Geografia Escolar, fazendo com que diversos pesquisadores da história da Geografia Escolar – a exemplo de Albuquerque (2011) – a considerem como um marco divisor para a produção de sentidos modernos nos materiais didáticos, consideramos que esse foi um particular esforço autoral que, conforme o próprio Carvalho demonstra em *Methodologia do Ensino Geographico* (1925), enfrentou muitas resistências de docentes e instituições, em que as práticas clássicas ainda tinham força.

Por isso, neste texto, em acordo com as ideias de Laclau e Mouffe, assumimos que o livro *Geographia do Brazil*, embora inovador, representa um momento da orientação moderna ainda disperso em seus sentidos diferenciais, quando o particularismo autoral de Carvalho se destaca. Assim, preferimos trabalhar com a ideia de que a década de 1920 pode ser, efetivamente, vista como o momento em que é politicamente produzido um *povo disciplinar* (COSTA, 2013) que flutuava em torno dos pressupostos modernos da Geografia Escolar, de tal modo que, enquanto articulação política ou discurso, torna-se capaz de disputar sentidos de currículo e fixar sentidos para esta disciplina nos materiais didáticos.

Alinhando-se aos princípios do movimento nacional-patriótico varguista, aos elementos no modernismo enquanto frente artística e intelectual, bem como ao discurso escolanovista, a orientação moderna anuncia seus significantes no *corpus* curricular nacional a partir da década de 1930, discutindo o espaço brasileiro fazendo uso do método de representação escalar à luz da orientação nacional (território) e/ou regional de abordagem.

Nesse contexto, é possível contextualizar a dinâmica que responde por grupos políticos cujas demandas se realizam nos currículos e obras didáticas da Geografia, para então reconhecer as práticas de significação discursivas em torno da natureza, em que uma articulação hegemônica, a nosso ver, se materializa não só

pelas práticas de modernização do discurso escolar da geografia, mas também pela produção de sentidos territoriais e nacional-patrióticos através do discurso de natureza territorializada.

Cabral (2018) demonstra que a orientação moderna da Geografia Escolar absorve heranças científicas, filosóficas, estéticas, políticas e pedagógicas que atravessam o próprio processo da formação socioespacial brasileira. Desse modo, defendemos estar diante do caráter relacional do discurso (LACLAU, 2016, p. 116) geográfico escolar que articula, por meio das temáticas da natureza: (1) o modernismo, nos campos das artes, da intelectualidade e da literatura brasileira, (2) o movimento Escola Nova, e (3) os distintos sentidos de ciência geográfica materializados em autores que anunciam aportes conceituais, influências de pensamento e concepções de natureza nos materiais didáticos.

Por agora, um balanço comparativo entre tais acepções de Geografia Escolar pode ser construído, de modo a sistematizar alguns traços constituintes da história dessa disciplina escolar a partir das ideias que, até agora, buscamos expor (quadro 1).

**Quadro 1.** Características das orientações clássica e moderna da Geografia Escolar

CONTEXTO	GEOGRAFIA ESCOLAR CLÁSSICA Século XIX – Década de 1930	GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA Década de 1930 – 1970.
CONTEXTO HISTÓRICO-DISCIPLINAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanha o momento histórico da República Velha (1889-1930), que, em termos de políticas educacionais, valorizava propostas curriculares locais centralizadas na autonomia dos estados da federação.</li> </ul> <p>“Geografia local como método para organizar o ensino geográfico” (SILVA, 2012, p. 259 – 260).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transição da República Velha para o governo Vargas.</li> <li>Criação de órgãos de governamentais pesquisa e ensino da Geografia (IBGE, CNG, cursos universitários da USP e na UFRJ)</li> <li>Intelectuais propulsores de uma discussão de método na Geografia Escolar: Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo, Raja Gabaglia, Everardo Backheuser.</li> </ul>
CONTEXTO EPISTEMOLÓGICO DISCIPLINAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organização do conhecimento geográfico sendo orientada, nos materiais didáticos, pela divisão por estados e suas particulares narrativas.</li> <li>Políticas curriculares locais, criadas sob jurisdição dos estados. <ul style="list-style-type: none"> <li>Tradição corográfica</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organização do conhecimento e da representação geográfica do território a partir do método regional.</li> <li>Políticas curriculares de orientação nacional: <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Reforma Francisco Campos (1931)</li> <li>2- Reforma Gustavo Capanema (1942)</li> </ol> </li> </ul>
CONTEXTO PEDAGÓGICO DISCIPLINAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Forte influência do estilo de escrita e descrição do espaço dos naturalistas.</li> <li>Valorizava-se extensas descrições de caráter mnemônico e nomenclativo.</li> <li>Heranças da educação jesuítica, em termos de publicações didáticas e práticas pedagógicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Iconografias produzindo, por meio da natureza, práticas de significação territorial.</li> <li>Relações entre a geografia acadêmica e a geografia escolar <ul style="list-style-type: none"> <li>Linguagem científico-moderna nos materiais didáticos.</li> </ul> </li> <li>Produção, na textualidade, de sentidos territoriais pautados no ideário nacional-patriótico</li> </ul>

Fonte: o autor (2022).



## **A Revista Brasileira de Geografia: os “tipos e aspectos do Brasil” e a construção do discurso territorial e nacional-patriótico a partir das temáticas físico-naturais**

Corroborando com diversos autores da área da geografia escolar, consideramos necessário destacar o espaço de prestígio conquistado pela geografia tanto como disciplina escolar quanto campo científico, em meio à política de modernização autoritária do território (SILVA, 2019) empreendida pela Era Vargas. Esse foi exatamente o contexto de surgimento da RBG, publicação de periodicidade trimestral que passou a ser editada a partir de 1939 sob responsabilidade IBGE e do então recém-criado Conselho Nacional de Geografia (CNG), instituição que “demonstra o esforço de profissionalização da geografia assumido pela Era Vargas (1930-1945), cuja bandeira da organização nacional não se faria sem o ordenamento e a sistematização das informações territoriais” (CAMARGO, 2009, p. 23).

Para Camargo (2009), esse periódico assume duas funções principais para a consolidação do campo científico da geografia no Brasil: (1) a invenção de uma tradição que molda a sensibilidade dos geógrafos na direção da formação daquilo que Goodson (1990) chama de comunidade disciplinar e; (2) a consolidação de um corpus de conhecimentos específicos na área, o que viria a influenciar sensivelmente o ensino e a edição de manuais didáticos da geografia.

Os artigos da RBG são, em geral, textos assinados pelos geógrafos do CNG e do IBGE que trazem extensos levantamentos do território brasileiro, pesquisas científicas, legislações político-administrativas e o próprio debate da regionalização brasileira em si, tanto em sua dimensão pragmática, quanto em sua dimensão simbólico-identitária. Nesse último aspecto, Angotti-Salgueiro (2005) ressalta que o interesse pela “cor local”, pelas especificidades regionais, assim como as representações sobre as características naturais, tipos humanos e atividades econômicas a partir de recortes regionais sustentam as representações textuais e imagéticas das identidades nacionais entre o final do século XIX e início do XX. Nesse contexto, para a autora, “a emergência das ciências humanas – a arqueologia, a geografia, a etnologia – caminha ao lado das coleções fotográficas” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 23) sobre os tipos e aspectos regionais.

Assim, a RBG não só ocupa espaço de rápida e sistematizada difusão dos conhecimentos territoriais acerca do Brasil e de sua diversidade regional, mas também é parte da construção, na dimensão imagética e simbólica, do projeto cultural brasileiro (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005) que, embora nacionalista, autoritário e centralizador, se assenta na diversidade regional como um de seus principais pilares de sustentação. Desse modo, os significantes “regional” e o “regionalismo” acionados pela RBG articulam-se ao projeto nacionalista do Estado Novo, que se apropriou dessas terminologias hegemônicas criando novos sentidos discursivos e retirando delas a referência política estadual a que se ligavam durante a Primeira República (GOMES, 2013).



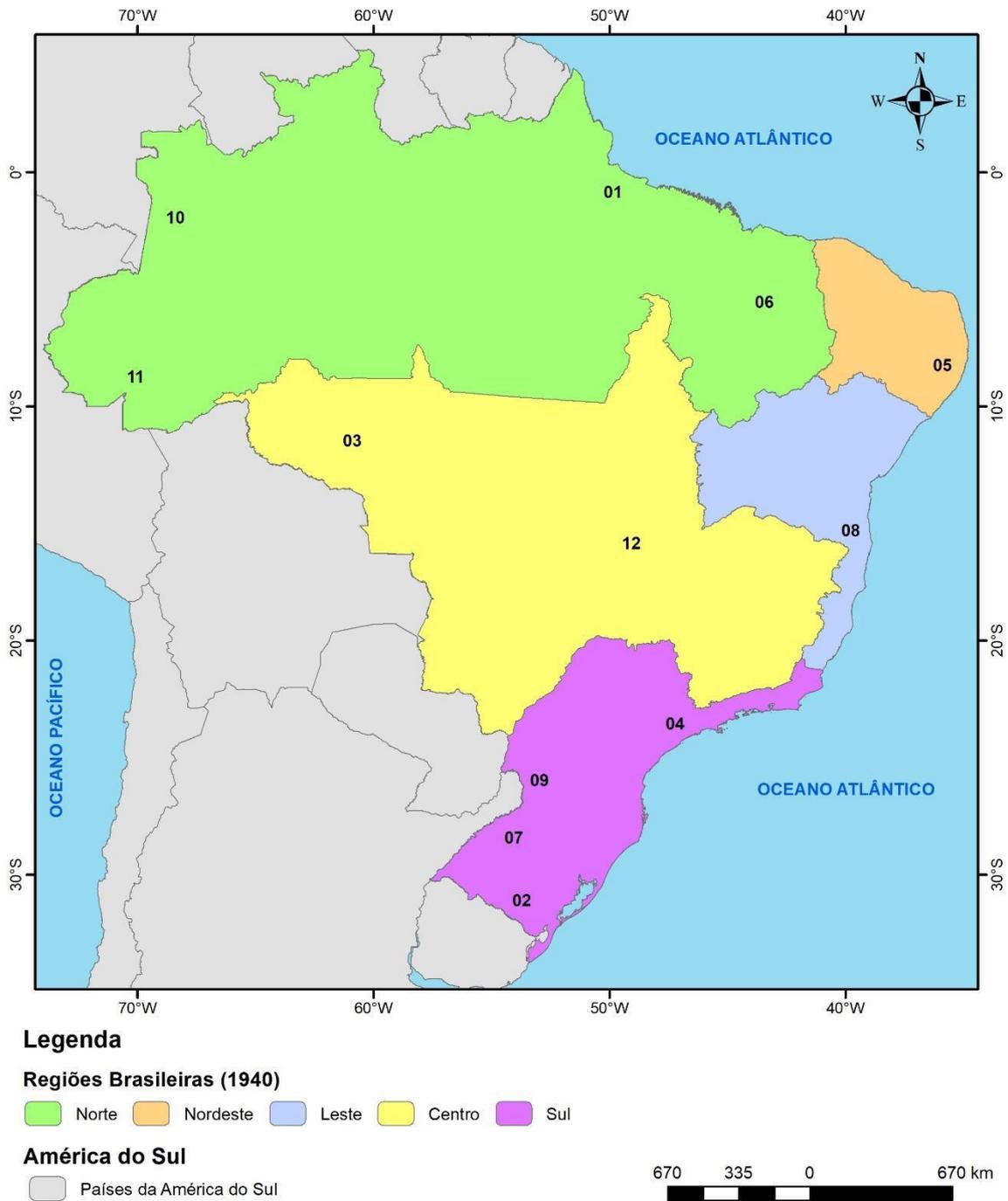
A RBG é, portanto, parte fundamental da hegemonização de um sentido estético do homem e do território brasileiro a partir da iconologia geográfica (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005) que caracteriza a modernização autoritária varguista (SILVA, 2019). Em especial, a seção “Tipos e Aspectos do Brasil” é a expressão de que “arte e geografia se unem pedagogicamente na representação oficial dos tipos regionais e do espaço nacional como unidade na diversidade regional (CAMARGO, 2009; SILVA, 2019).

A virada da década de 1930 para a de 1940 é um marco importante na historiografia da geografia escolar. Precisamente nesse contexto, a edição, a rápida atualização e a circulação editorial de manuais didáticos da geografia passam a caracterizar a dinâmica de circulação das ideias acadêmicas e pedagógicas. Isso significa dizer que a RBG e, em especial, a seção “Tipos e Aspectos do Brasil” rapidamente suturam sua linguagem geográfica – textual e imagética – à dos manuais didáticos editados nos anos posteriores, de modo que os primeiros anos da década de 1940 já trazem manuais didáticos que continham tais elementos.

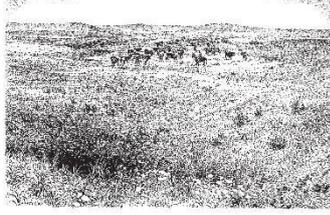
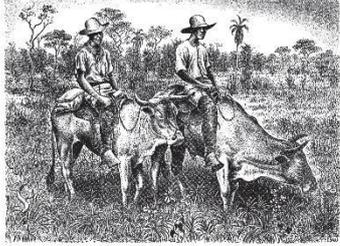
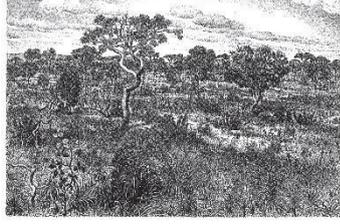
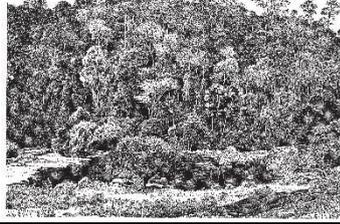
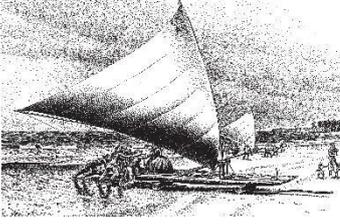
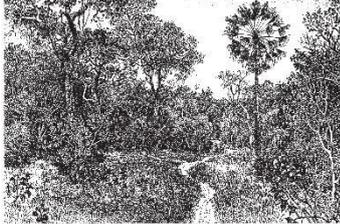
O mapa do Brasil, dividido em cinco regiões, deveria ser enriquecido por imagens que a ele se ligassem de maneira muito clara, fazendo-o ganhar vida e despertar orgulho. Para tanto, o IBGE contratou dois artistas, Percy Lau e Barbosa Leite, encarregando-os de ilustrar a seção sobre tipos e aspectos característicos do Brasil, presente em um dos periódicos que publicava: a Revista Brasileira de Geografia. Os belíssimos desenhos então criados, quer dos tipos regionais – como o seringueiro, a baiana, o vaqueiro do Nordeste e dos pampas, o jangadeiro etc. –, quer das atividades econômicas e da flora de cada região, vão povoar mapas e livros escolares por décadas, incorporando-se à memória visual de ampla parcela do povo brasileiro. Pensar o Brasil tornou-se, desde então, visualizar essas regiões que se sobrepunham aos estados e os preenchiam de significados físicos e humanos (GOMES, 2013, p. 69).

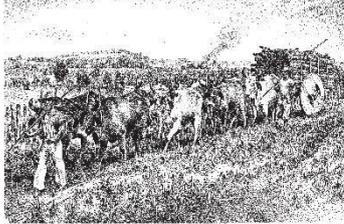
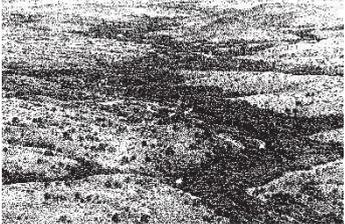
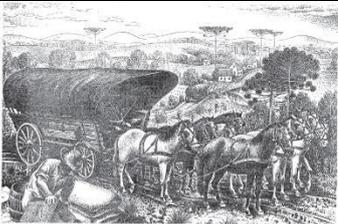
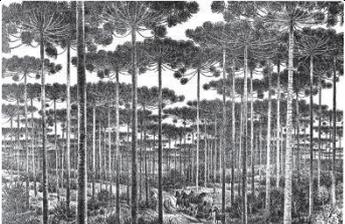
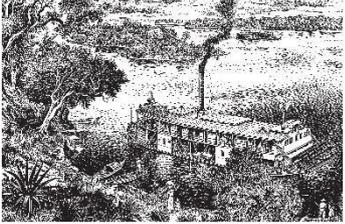
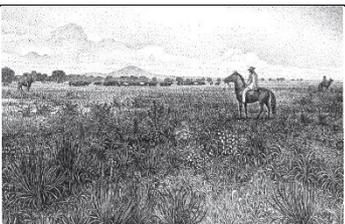
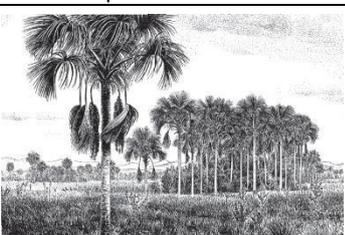
Nesse raciocínio, Marie-Claire Robic, citada por Angotti-Salgueiro (2005, p. 59), destaca que “os princípios da geografia territorial e regional estão sempre no âmago da construção da nação, e é o naturalismo, aos olhos da geografia humana, que define a identidade nacional, questão central nos *Tipos e aspectos*”. No caso do Brasil, esse debate se projeta nas representações sobre as regiões brasileiras (figuras 1 e 2), nos quais fazemos um balanço sobre o papel imagético da RBG e, mais precisamente, da seção *Tipos e Aspectos do Brasil* para a representação e construção de sentidos discursivos sobre o território brasileiro, definidos a partir da dimensão de suas regiões naturais. Os mapas mostram a divisão regional do Brasil de 1941 e as representações de aspectos físicos e humanos das regiões brasileiras.

**Figura 1:** Os tipos e aspectos do Brasil (RBG, 1939-1942) e a sua distribuição regional



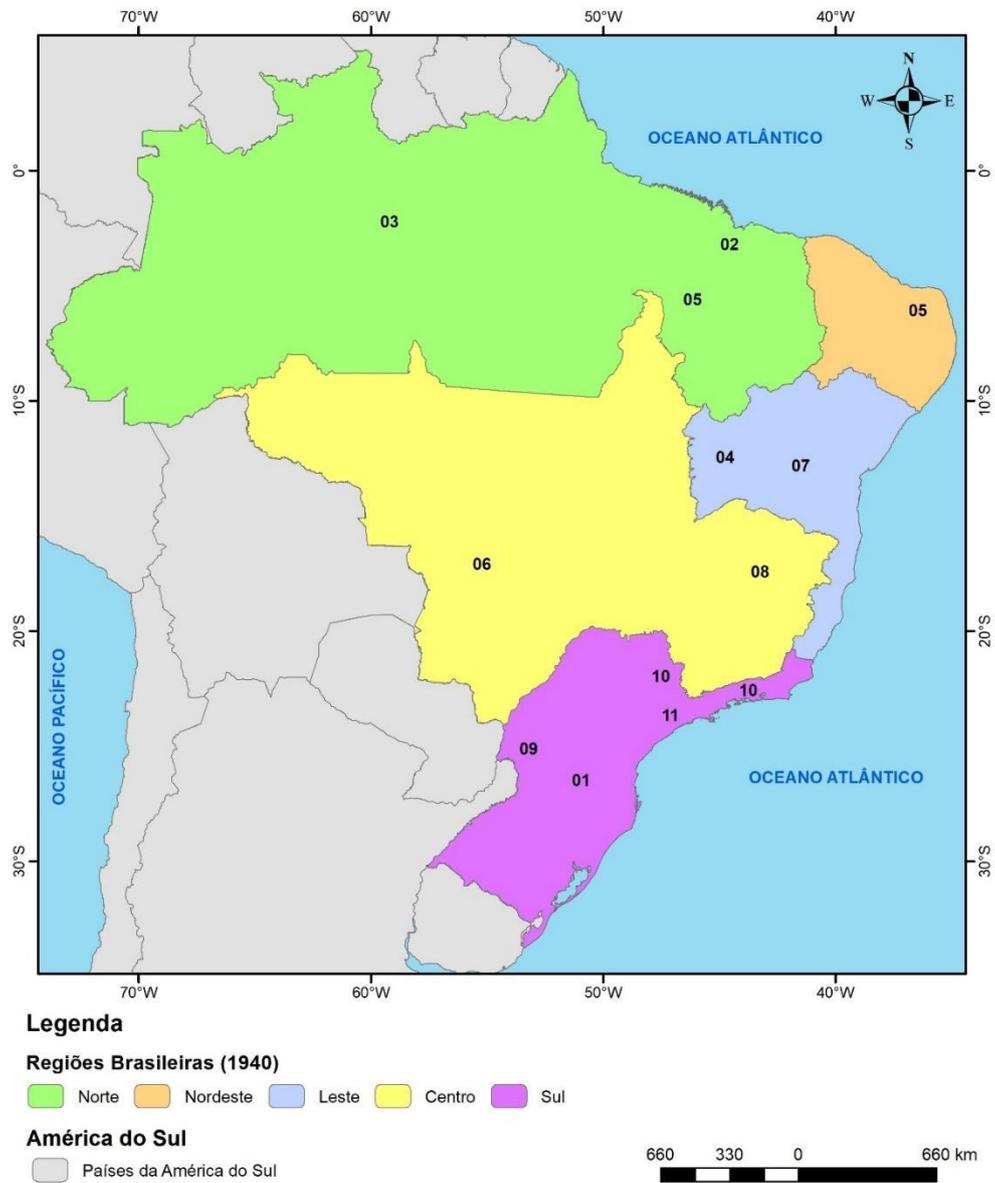
**Quadro 2:** Temáticas das edições da RGB – 1939 a 1942

Nº.	Edição da RGB	Temáticas	
01	RGB, 1939 v. 1, n. 4	 <p data-bbox="539 577 762 607">Arpoadores de jacarés</p>	 <p data-bbox="1002 577 1310 607">Trecho de um rio na Amazônia</p>
02	RGB, 1940 v.2, n.2	 <p data-bbox="603 853 699 882">O gaúcho</p>	 <p data-bbox="959 853 1353 882">Campos de criação do Rio Grande do Sul</p>
03	RGB, 1940 v.2, n.3	 <p data-bbox="587 1137 719 1167">- Bois de cela</p>	 <p data-bbox="1070 1137 1241 1167">Campos cerrado</p>
04	RGB, 1940 v.2, n.4	 <p data-bbox="571 1406 724 1435">Burros de carga</p>	 <p data-bbox="1018 1406 1294 1435">Floresta da encosta oriental</p>
05	RGB, 1941 v.3, n.1	 <p data-bbox="592 1675 708 1704">Jangadeiros</p>	 <p data-bbox="986 1675 1326 1704">Coqueirais das praias do Nordeste</p>
06	RGB, 1941 v.3, n.2	 <p data-bbox="528 1944 772 1973">O vaqueiro do Nordeste</p>	 <p data-bbox="1114 1944 1198 1973">Agreste</p>

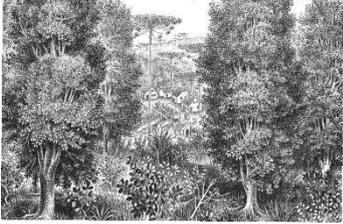
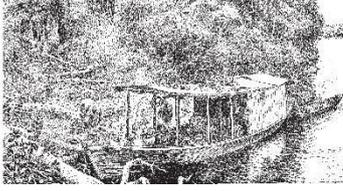
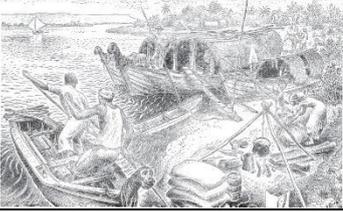
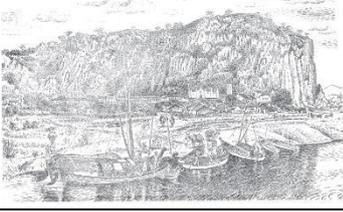
07	RBG, 1941 v.3, n.3		
		Carros de bois	Floresta em galeria
08	RBG, 1941 v.3, n.4		
		Negras baianas	Cacauais
09	RBG, 1942 v4, n.1		
		Carroças coloniais do sul do Brasil	Pinhal
10	RBG, 1942 v4, n.2		
		Seringueiros	Gaiolas e vaticanos
11	RBG, 1942 v4, n.3		
		Vaqueiro do Rio Branco	Campos do Rio Branco
12	RBG, 1942 v4, n.3		
		Garimpeiros	Buritizal

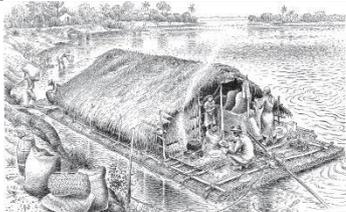
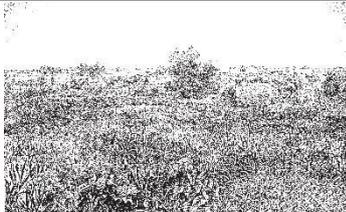
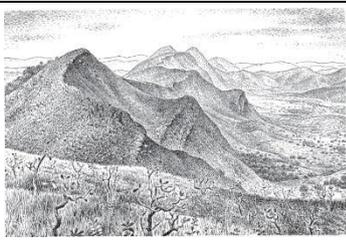
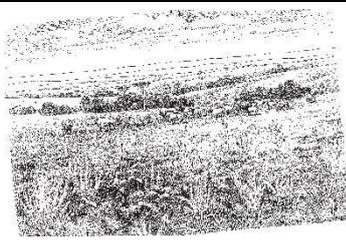
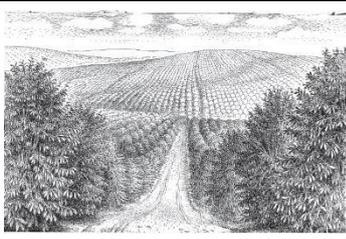
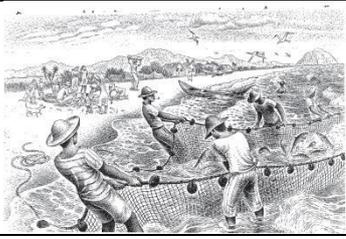
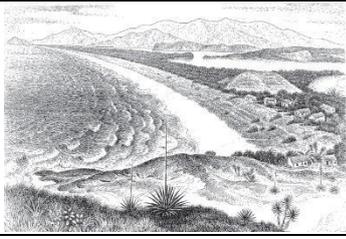
Fonte: o autor (2022).

**Figura 2:** Os tipos e aspectos do Brasil (RBG, 1943-1945) e a sua distribuição regional



**Quadro 3:** : Temáticas das edições da RBG – 1943 a 1945

Nº.	Edição da RBG	Temáticas	
01	RBG, 1943 v.5, n.1	 Ervateiros	 Ervais
02	RBG, 1943 v.5, n.2	 Rendeiras do Nordeste	 Carnaúba
03	RBG, 1943 v.5, n.3	 Regatões	 Castanhais
04	RBG, 1943 v.5, n.4	 Barqueiros do Rio São Francisco	 Grutas calcárias do Rio São Francisco
05	RBG, 1944 v.6, n.1	 Salinas	 Babaçuais
06	RBG, 1944 v.6, n.2	 Charqueada	 Pantanal

07	RBG, 1944 v.6, n.4		
		Balsas	Gerais
08	RBG, 1945 v.7, n.1		
		Fiscoiros	Região central de Minas Gerais
09	RBG, 1945 v. 7, n. 2		
		Extratores de Pinho	Campos de Guarapuava
10	RBG, 1945 v4, n.2		
		Colheita de café	Cafezais
11	RBG, 1945 v4, n.3		
		Pescadores do Litoral Sul	Restinga

Fonte: o autor (2023).

Os mapas (figuras 1 e 2) apresentam todos os números da RBG em que a seção *Tipos e Aspectos do Brasil* se fez presente entre 1939 e 1945. Delimitamos esse período como aquele cujas representações presentes pudessem influenciar não só a produção e circulação editorial de manuais didáticos da geografia escolar, mas também possíveis mudanças na linguagem apresentada em tais materiais, em vista da introdução do discurso acadêmico-científico que se apresentava na RBG.

Em tais publicações, sobretudo em sua dimensão imagética, as cinco regiões brasileiras e os “confinos” do Brasil são valorizados, de modo a busca dos “sertões” do país era, em consonância ao projeto



estadonovista, uma das missões da RBG por meio dos *Tipos e Aspectos do Brasil*. Narrar o território em sua grandeza e belezas naturais dispostas em regiões que se complementam harmoniosamente em suas diferentes paisagens e recursos era o foco editorial, por meio de imagens e textualidades que ilustram as paisagens comumente apresentadas na forma das grandes formas de vegetação e relevo, ou mesmo das paisagens rurais do Brasil “desconhecido”.

Outra preocupação da RBG era o de apresentar a imagem do trabalhador brasileiro, sobretudo na figura do homem do campo e sua cor local como um aspecto da singularidade brasileira. Nada se mostra acerca do processo urbano-industrial que se iniciava no Brasil. O foco se dava não só na paisagem rural e na realidade do trabalho e da economia ligada ao campo, mas também nas paisagens naturais. Para Angotti-Salgueiro (2005),

No naturalismo que define os tipos nacionais, não se trata de geopolítica, mas de geografia humana, uma geografia da vida no seu sentido mais próprio, com enfoques fitogeográfico, biogeográfico, econômico, descrevendo-se as particularidades da relação homem/ambiente/região. Esse tipo de “celebração do mundo rural” não é apanágio do Brasil tampouco. (...) é um fenômeno geral na primeira metade do século XX (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 47).

A figura do Brasil moderno que valoriza seus tipos regionais, a cor local e seus tipos humanos, dimensão cerne dos “tipos e aspectos” apresentados pela RBG, retrata a produção de uma cadeia articulatória entre a estratégia política estadonovista e a intelectualidade geográfica que se constituía no país. Os manuais didáticos da geografia são, então, partes constituintes do movimento de “reagrupar estados e territórios nas chamadas regiões geográficas do país (...) sancionando-se outro regionalismo, este positivo, nascido da própria centralizado do regime autoritário” (GOMES, 2013, p. 67). Nos manuais didáticos da geografia escolar destaca-se a primazia das representações físico-naturais desenhadas para a apresentação das regiões brasileiras nos manuais escritos sobretudo por Delgado de Carvalho – então membro do IBGE, do CNG e do Conselho Nacional de Educação (Guilherme e Santos, 2019) – e por Moisés Gicovate, outro autor sediado no Rio de Janeiro e de considerável circulação editorial. O quadro 2 sistematiza os primeiros efeitos das publicações da RBG e da seção “Tipos e Aspectos do Brasil” sobre as produções didáticas da geografia escolar.

**Quadro 4.** Relação de representações das paisagens naturais da seção “Tipos e Aspectos do Brasil” (RBG) e suas presenças nos manuais didáticos brasileiros

EDIÇÃO DA RBG	FIGURA “TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL”	MANUAL DIDÁTICO ONDE APARECE
rbg_1939_v1_n4		<p>GICOVATE (1945) CARVALHO (1943)</p>
rbg_1940_v2_n1		<p>GICOVATE (1945) CARVALHO (1943)</p>

<p>rbg_1940_v2_n2</p>		<p>GICOVATE (1945) CARVALHO (1943)</p>
<p>rbg_1940_v2_n3</p>	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL</p>	<p>GICOVATE (1945) CARVALHO, (1943)</p>
<p>rbg_1940_v2_n4</p>		<p>GICOVATE (1945) CARVALHO (1943)</p>

rbg_1941_v3_n2		CARVALHO (1943).
----------------	--	------------------

Elaboração: o autor (2022).

Os números da RBG publicados que trazem os “Tipos e Aspectos do Brasil” ocupam-se de apresentar os aspectos naturais das regiões brasileiras, assim como seus elementos humanos e econômicos – já definidos a partir de critérios físico-naturais não somente em suas características de flora, fauna e climas e hidrografia, mas também em suas possibilidades como repositório de recursos naturais a serviço do desenvolvimento econômico. Segundo Gomes (2013),

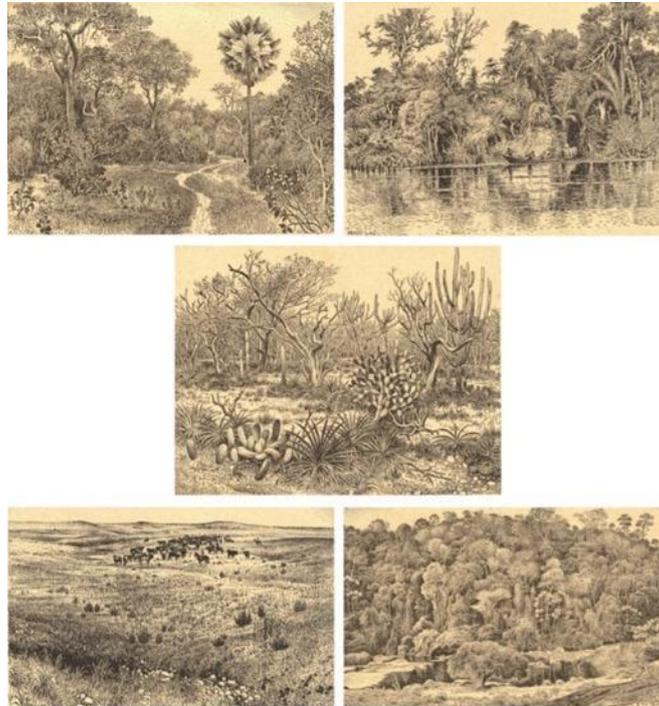
Essa divisão regional do território brasileiro deveria considerar aspectos físicos, como relevo, hidrografia e clima, e também aspectos humanos, como produção econômica, hábitos alimentares, costumes, festas, arte, crenças etc. O novo regionalismo minimizava a identidade política das unidades federativas estaduais, integrando-as a um todo maior. (...) O regionalismo do Estado Novo, materializado no próprio mapa que traçava as regiões geográficas do país, era um dos fundamentos do novo nacionalismo, que compreendia o Brasil como formado por uma multiplicidade de elementos naturais, étnicos, econômicos e culturais responsáveis por sua grandeza (GOMES, 2013, p. 67-68).

É nesse viés – de criação e fortalecimento do regionalismo de viés nacionalista fundamentado na região natural como critério – que tais representações passam a estar amplamente presentes nos manuais didáticos. Em especial, o quadro 2 mostra que as iconografias dos “Tipos e Aspectos do Brasil” – especialmente aquelas presentes na figura 1 – passaram a povoar de maneira marcante a obra didática de Delgado de Carvalho (figura 3). Isso demonstra uma particularidade intelectual do autor perante a realidade brasileira, a partir da forma com qual o imaginário nacional-patriótico a partir das regiões naturais – em sua diversidade ecológica e harmônica – é construído. Nesse sentido, Cirqueira e Souza (2021, p. 332) afirmam que:

(...) o fato de, na maneira como Delgado de Carvalho aborda a “região natural”, apresentar uma resolução dos problemas relativos à unidade nacional de então. O Brasil era visto como um país de dimensões continentais composto por uma ampla e desarticulada diversidade natural. Frente às visões europeias sobre nação que enfatizavam a sobreposição de um povo sobre o meio natural, isso era visto como um entrave para a formação nacional brasileira. Tendo isso como horizonte, Delgado de Carvalho enfatiza e argumenta que a diversidade que envolvia as regiões naturais brasileiras estava articulada em um todo; ainda que diferente em sua natureza, cada região se complementava nas outras. Com isso,

o autor reforça um ideário de unidade nacional que justapunha à heterogeneidade ecológica interna ao território nacional.

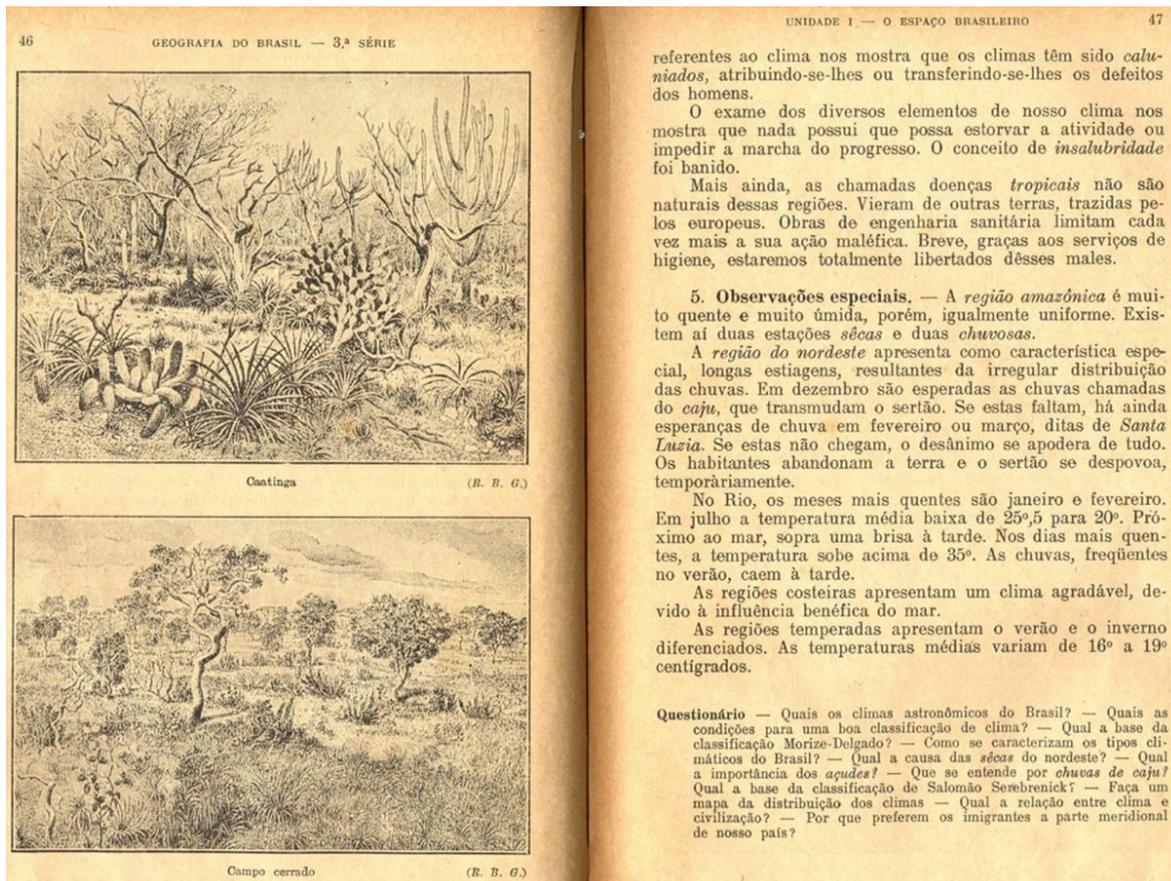
**Figura 3.** Paisagens naturais brasileiras, segundo o ilustrador Percy Lau, presentes no livro “Geografia do Brasil para a 3ª série”, de Delgado de Carvalho.



Fonte: CARVALHO (1943, pp. 14 - 31).

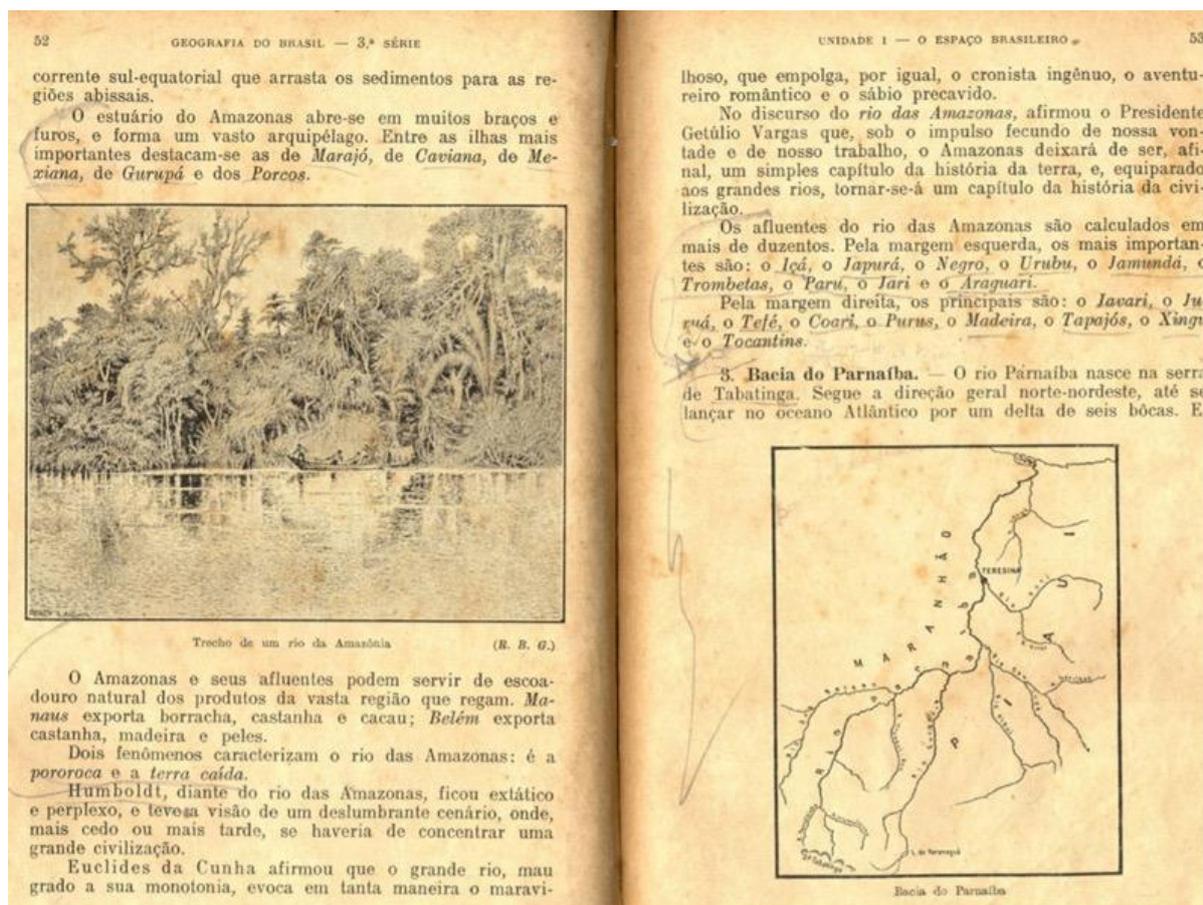
Outro autor cuja produção didática utiliza as representações físico-naturais apresentadas pelos “Tipos e Aspectos do Brasil” é Moisés Gicovate (figuras 4 e 5), que acompanha o movimento de modernização do discurso pedagógico da geografia no contexto da década de 1930 e que fez parte da rede intelectual de professores formuladores desses princípios. Tal autor preconiza a linguagem acadêmico-científica e nacional-patriótica em seus manuais, trazendo frequentemente o conjunto de imagens, nomenclaturas e conceitos explorados pela RBG na caracterização das regiões brasileiras. Nota-se também um esforço do autor em antagonizar o sentido discursivo hegemônico pelos europeus de que os domínios naturais brasileiros eram insalubres, ao se considerar suas manifestações climáticas e formas tropicais de flora e fauna.

Figura 4. A caatinga e o Cerrado, segundo a RBG, e os escritos de Moisés Gicovate sobre os climas do Brasil



Fonte: Gicovate (1945, p. 46-47).

Figura 5. A representação da Amazônia na obra de Moisés Gicovate



Fonte: Gicovate (1945, p. 52-53).

Após apresentar as relações entre a produção do discurso escolar da geografia e a textualidade científica que se produzia pela RBG sob o advento da Escola Carioca de Geografia, também se destacam as disputas instaladas nesse contexto de produção de manuais didáticos. Aroldo de Azevedo, influenciado pelos princípios de uma outra vertente teórico-metodológica – paulista, de clara envergadura aos pressupostos da Geografia Francesa e da influência direta do professor Pierre Monbeig –, busca, quase sempre, esquivar-se de incluir não somente o próprio conceito de região natural, mas também as produções textuais e imagéticas da RBG em seus manuais didáticos.

Justificamos esse argumento em vista da pesquisa de doutorado que oferece os resultados para a produção deste texto, em que analisamos 16 edições de livros didáticos escritos por Aroldo de Azevedo, datados entre 1936 e 1945. Em nenhum deles se verifica a expressa citação e a tácita concordância do autor em referência ao conceito de “região natural”, assim como não se verifica nenhuma representação imagética ou citação direta aos escritos da RBG.



Esse argumento nos ajuda a situar o campo de controvérsias sobre o currículo e sobre o que seria o conhecimento legítimo para ser chamado de geografia a ser ensinado na escola, fato que marca a relevância da geografia escolar como primeira arena de disputas políticas em torno da constituição de um campo acadêmico-científico da Geografia brasileira, de maneira que “a conquista da escola e do discurso geográfico que se veicula pela tradição escolar seria, portanto, fundamental para um grupo político da recém fundada Geografia acadêmica que quisesse sedimentar sua visão teórico-epistemológica na sociedade e na academia” (CABRAL, 2022, p. 3).

Assim, a geografia escolar adquire um papel fundante no próprio processo de formação da Geografia Acadêmica brasileira, tendo em vista que diferentes vertentes teórico-metodológicas da Geografia que circulavam internacionalmente e se projetam no Brasil buscam na tradição escolar um meio de fixar-se hegemonicamente na academia. A RBG e o IBGE buscam, em nossa visão, sedimentar um sentido de geografia veiculado e defendido não somente pelos geógrafos instalados no Rio de Janeiro, mas também pelo próprio projeto nacional-urbano-industrial-nacionalista que advém do discurso especialmente situado na temporalidade do Estado Novo.

## **CONCLUSÃO**

Neste texto, partimos do pressuposto de que a Geografia Escolar é parte fundante do processo de institucionalização da Geografia Acadêmica no Brasil e, concordando com Cabral e Straforini (2021), a compreendemos como a primeira arena de disputas políticas entre diferentes tradições teóricas da Geografia que circulavam internacionalmente e que se projetam no Brasil a partir das nossas particularidades e demandas.

Isto posto, analisamos os números da RBG, editados pelo IBGE entre os anos de 1939 e 1945, de maneira a compreender como as produções textuais e imagéticas desse periódico, principalmente sob a forma da seção “Tipos e Aspectos do Brasil”, ao adentrarem os manuais didáticos brasileiros, passam a suturar politicamente um sentido de geografia escolar moderna a partir dos princípios de cientificidade veiculados pela Escola Carioca de Geografia e da política nacionalista do Estado Novo.

Após apresentarmos e procurarmos situar cartograficamente (figuras 1 e 2) as representações regionais que, uma vez veiculados pela RBG, privilegiam o discurso de natureza, os “sertões” do Brasil e a figura do “homem brasileiro”, adentramos o momento editorial e pedagógico em que tais representações passam a povoar os materiais didáticos da geografia escolar produzidos sobretudo por autores do Rio de Janeiro, como os professores Delgado de Carvalho e Moisés Gicovate.



Apresentamos, finalmente, as dissidências da Escola Paulista de Geografia quanto à utilização da RBG como fonte textual e imagética de produção dos manuais didáticos produzidos pelo professor Aroldo de Azevedo, de modo que nossas investigações apontaram a não utilização dessa referência por parte dos geógrafos paulistas para produzir manuais didáticos, apesar de seu aberto diálogo com essa publicação no ambiente da discussão acadêmica. Uma vez que compreendemos esse “ocultamento” como uma forma de tentar hegemonizar outro sentido de geografia científica na escola, reforçamos, em vias de concluir este texto, que a produção de manuais didáticos da geografia escolar era, naquelas condições históricas e educacionais, um elemento chave de veiculação dos princípios e da validação social e acadêmica de diferentes sentidos de geografia.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. A. M. Dois Momentos na História da Geografia Escolar: a Geografia Clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-51, jul./dez., 2011.
- ANGOTTI-SALGUEIRO, H. A construção das representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras visões iconográficas do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 13, n. 2, jul./dez., 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000200003>.
- ARAÚJO, G. C. C. A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial. **Revista InterEspaço**, Grajaú, MA: v. 1, n. 2, jul./dez., 2015. DOI: <https://doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v1n2p43-73>
- CABRAL, T. M.; STRAFORINI, R. As temáticas físico-naturais como práticas discursivas: escalas micro e macropolítica da geografia física escolar no período Vargas (1930-1945). In: ALBUQUERQUE, M. A. M.; DIAS, A. M. L.; CARVALHO, L. E. P. História da Geografia Escolar: fontes, professores, práticas e instituições. Volume 1. Curitiba: CRV, 2021.
- CABRAL, T. M. As temáticas físico-naturais e a geografia escolar moderna: grupos políticos, demandas e lutas pela significação curricular na Era Vargas (1930-1945). **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 14, n. 25, p. 123-157, ago. 2019. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8992>>. Acesso em: 07 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2018.1425.0005>.
- CABRAL, T. M.; STRAFORINI, R. Controvérsias sobre o currículo da geografia escolar: as comunidades científicas paulista e carioca em debate (1931-1935). **Revista Brasileira De Educação Em Geografia**, 10 (20), p. 72–101. 2020. DOI: <https://doi.org/10.46789/edugeo.v10i20.942>
- CABRAL, T. M. Cultura Material Escolar e a Geografia Escolar Moderna: os dossiês didáticos da Escola Caetano de Campos. **Signos Geográficos** (Boletim NEPEG de Ensino de Geografia), Goiânia (GO), v. 4, p. 1-19, 2022.
- CAMARGO, A. P. R. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v2i1.361>
- CARVALHO, D. **Geografia do Brasil para a terceira série**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Companhia Nacional, 1943.
- CARVALHO, N. R. **Geographia do Brazil: A construção da nação nos livros didáticos de Geografia da Primeira República**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: IGC, 2012.
- CIRQUEIRA, D. M.; SOUZA, L. F. Nação, meio e raça no ensino de geografia: apontamentos a partir de Delgado de Carvalho (1910-1930). In: ALBUQUERQUE, M. A. M. A.; DIAS, A. M. L.; CARVALHO, L. E. P. (Orgs.). **História da Geografia Escolar: fontes, professores, práticas e instituições – volume 1**. Curitiba: CRV, 2021.
- COSTA, H. H. C. **O Povo Disciplinar e a Tradução na Política de Currículo**. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da Uerj, Rio de Janeiro, 2013. 136p.
- GICOVATE, M. **Geografia do Brasil: 3ª série**. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1945.
- GIROTTI, E. D. Concepções de Ensino de Geografia nas primeiras décadas do século XX no Brasil e na Argentina. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 14, p. 44-66, jul./dez., 2017.
- GOMES, A. C. População e Sociedade. In: GOMES, A. C. (org.) **Olhando para dentro: 1930 – 1964**. Volume 4. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.



GUILHERME, W. D.; SANTOS, S. M. O Conselho Nacional de Educação: 1931 a 1936. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.19, n. 53, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19i0.44072>.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

NAPOLITANO, M. **História do Brasil República: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, C. A. F. **Modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, J. M. **A bibliografia didática de Geografia: história do pensamento do ensino de Geografia no Brasil (1814-1930)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. 414f.

ROCHA, A. A. C. N. Qual a referência da matriz? notas para pensar uma reflexão sobre a disciplina escolar e a Geografia no ENEM. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 01-23, jan./jun., 2012.